

A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA NO NORDESTE

*Fernando Pedrão**

Resumo: No trabalho "A Competitividade da Indústria no Nordeste", o autor propõe a tese de que não se pode julgar a competitividade de qualquer empresa sem reconhecer seu enraizamento no funcionamento financeiro da economia nacional. Esta colocação pressupõe alguns esclarecimentos de tipo conceitual que, mesmo quando repetitivos, são oportunos. Primeiro, a distinção entre empresa e indústria, com suas repercussões na interpretação das informações sobre o setor industrial e, portanto, no próprio estilo da análise industrial que se realiza. Segundo, a racionalidade "técnica" dos processos de produção que, supostamente, explica a economia das indústrias, só pode ser atribuída à unidade fabril e jamais às empresas. A lógica da empresa corresponde ao manejo do seu fluxo financeiro, com suas expressões de rendimentos e de formação de patrimônio financeiro que não se confundem com as noções de produtividade e de uso de capacidade instalada. Terceiro, a posição de cada empresa no mercado depende de um conjunto de elementos institucionais que compreendem a proteção, as relações de negócio e de amizade, a tradição em determinadas linhas de produção etc. Quarto, a participação efetiva das empresas no mercado descansa, essencialmente, na valorização da seu patrimônio (Galbraith, 1971), que lhes permite mover-se aprofundando-se nalguma linha específica de produção ou mudando de linha de produção. As condições em que as empresas participam realmente do mercado dependem de um conjunto de elementos em que se destacam, por um lado, as características do mercado de cada grupo de produtos afins e do mercado de aplicações financeiras; e, de outro, as condições específicas de cada empresa, em como ela absorve e usa capital. O tamanho de cada empresa indica, indiretamente, como ela processa seus usos de capital, mas não constitui indicação suficiente de sua "eficiência". Nesta exposição pretende-se ressaltar os aspectos relativos à heterogeneidade de condições em que funcionam as empresas no Brasil, bem como os efeitos que sobre elas têm exercido as transformações do mercado financeiro. Destacam-se alguns aspectos específicos da organização do fluxo financeiro no Brasil, em seu conjunto, assinalando-se também as diferenças de condições de acesso à captação de financiamento, seja através de uma geração própria de poupanças, seja por financiamento público, direto ou indireto.

* Docente Livre da Universidade Federal da Bahia.

1. OS ASPECTOS TÉCNICO E ECONÔMICO DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS

As condições em que as empresas participam realmente no mercado dependem de um conjunto de elementos, em que se destacam, por um lado, as características do mercado de cada grupo de produtos afins e do mercado de aplicações financeiras, que regula o fluxo de capital ao redor da produção de cada produto; e as condições, específicas de cada empresa, em como ela absorve e usa capital. O tamanho de cada empresa indica, indiretamente, como ela processa seus usos de capital, mas não constitui indicação suficiente da sua eficiência, entendido este conceito como "relativo" à sua flexibilidade de adaptação aos procedimentos do mercado financeiro. Nesta exposição pretende-se ressaltar os aspectos relativos à heterogeneidade de condições em que funcionam as empresas no Brasil, bem como os efeitos que sobre elas têm exercido as transformações do mercado financeiro. Destacam-se alguns aspectos específicos da organização do fluxo financeiro no Brasil em seu conjunto, assinalando-se também as diferenças de condições de acesso à captação de financiamento, seja através de uma geração própria de poupanças, seja por financiamento público, direto ou indireto. Neste trabalho, propõe-se a tese de que não se pode julgar a competitividade de qualquer empresa em particular, sem reconhecer seu enraizamento no funcionamento financeiro da economia nacional.

Esta colocação pressupõe alguns esclarecimentos do tipo conceitual que, mesmo quando repetitivos, são oportunos.

Primeiro, a distinção entre empresa e indústria, com suas repercussões na interpretação das informações sobre o setor industrial e, portanto, no próprio estilo da análise industrial que se realiza. As transformações das empresas nos dois últimos decênios projetam-se numa maior profissionalização de sua condução e por certa despersonalização de suas decisões, cada vez mais reguladas "desde fora" por requisitos do sistema bancário e pelo aumento dos controles públicos sobre as operações econômicas. Os objetivos econômicos da empresa distinguem-se com mais clareza frente aos objetivos da indústria, tornando-se claro ainda que os objetivos da empresa não se alcançam somente pela produção e que podem ser perseguidos por meios diferentes da produção. As estatísticas informam sobre os esclarecimentos industriais, que, entretanto, apenas denotam em quais unidades de fábrica se con-

cretiza a produção industrial, um conceito que, obviamente, dá lugar a imprecisões na própria análise de indústrias, já que permite registrar, como diferentes indústrias, os componentes de um mesmo complexo industrial, mesmo quando tendo apenas um só produto final a mercado.

Segundo, a racionalidade “técnica” dos processos de produção que, supostamente, explica a economia das indústrias, só pode ser atribuída à unidade fabril e jamais às empresas. A lógica da empresa corresponde ao manejo do seu fluxo financeiro, com suas expressões de rendimento e de formação de patrimônio financeiro, que não se confundem com as noções de produtividade e de uso de capacidade instalada. A comparação das condições técnicas das empresas fica limitada ao âmbito da economia do funcionamento das fábricas, não levando em conta nenhum dos elementos relativos à sua participação no mercado. O tratamento tecnológico da produção industrial, mesmo quando pode ser afetado a posteriori por restrições próprias deste processo de comercialização.

Terceiro, a posição de cada empresa no mercado depende de um conjunto de elementos institucionais que compreendem a proteção e outros elementos como as relações de negócio e de amizade, a tradição em determinadas linhas de produção, etc. Esses aspectos institucionais vão até as relações entre o setor privado e o setor público, finalmente atingindo a própria capacidade das empresas para chegar às fontes de financiamento.

Quarto, a participação efetiva das empresas no mercado descansa, essencialmente, na valorização de seu patrimônio (Galbraith, 1971), que lhes permite mover-se, aprofundando nalguma linha específica de produção ou mudando de linha de produção. O raciocínio diretor das empresas pode regular o uso da capacidade própria de produção, ou “alugar” capacidade de produção de outros,¹ em função de previsões de preços e mercado, que somente podem ser avaliadas ao nível do planejamento financeiro.

Tudo isso faz com que a modernização das empresas seja conduzida por sua posição no mercado financeiro e, mais concretamente, por seu entrelaçamento no sistema financeiro. A própria viabilidade de que as empresas con-

¹ É uma política de produção executada através da política de compras, supostamente utilizada pela Chrysler, habitualmente utilizada pelas grandes fábricas de sapatos e agora promovida, via política de subcontratações de uso de equipamento entre indústrias. Deve ser registrada como uma alternativa de uso combinado de capital financeiro e capital fixo, que modifica as condições econômicas de uso do equipamento.

sigam se modernizar depende de seu acesso ao fluxo de financiamento da economia, em que é necessário distinguir os aspectos monetários, propriamente ditos, do financiamento do sistema financeiro (de Brunhoff, 1969), daqueles outros aspectos da organização social do sistema financeiro, que abrangem a regulamentação bancária do manejo do fluxo financeiro.

Nos países latino-americanos com economias mais complexas — Brasil, México, Argentina, Colômbia e Venezuela — registram-se notáveis diferenças entre os setores de empresas que evoluem sobre padrões próprios de financiamento, articulados em escalas maiores de capital: o fluxo financeiro controlado pelo setor público, ou controlado por conglomerados multinacionais. É uma perspectiva do crescimento das empresas que se distancia daquela, mais tradicional, que confrontava o crescimento dos setores de bens de capital e de bens de consumo, ou que comparava o crescimento de indústrias pequenas e grandes, justamente omitindo a conexão entre o tamanho das indústrias e o das empresas. Estudos realizados nesses países sobre o desempenho de suas economias nas décadas de 1960 e 1970² mostram que o comportamento das indústrias de bens de consumo não depende das habituais previsões de mercado, mas têm correspondido mais à disponibilidade de recursos, que permita aprofundar ou diversificar linhas de produção. Ainda, essa expansão tem respondido mais a modificações no plano da comercialização da produção que no das técnicas de produção.

Distinguem-se, assim, dois níveis de discussão do problema de competitividade, em que a análise das indústrias corresponde a uma discussão técnico-econômica; e a análise das empresas corresponde a uma discussão econômica e financeira. Nas páginas seguintes pretende-se (a) contrastar esses dois níveis de discussão do problema com os movimentos de oligopolização do mercado e estruturação do capital financeiro e (b) qualificar esta análise em relação com (i) a composição da indústria por linhas de atividade (classes de indústria) e (ii) com a composição de cada classe de indústria por grupo de tamanho.

² Esta referência cobre uma variada experiência com a preparação de diversos documentos em países latino-americanos. Alude-se, especialmente, à experiência mexicana, refletida no "Plan Nacional de Desarrollo de la Industria Pequeña y Mediana" (PAI-FOGAIN; México, 1981) que questiona precisamente as possibilidades de expansão de grupos de indústrias, tomando como referência os tamanhos típicos de estabelecimentos que correspondem a cada classe de indústria.

2. A EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS REPERCUSSÕES NO NORDESTE

O período de 1960 a 1980 marcou profundas transformações da indústria no Brasil que, entretanto, reúnem condições tão diferenciadas e contraditórias, como as de aprofundamento tecnológico do setor de bens de capital e aumento dos custos sociais totais, correspondentes à expansão desse subsector, com os subsídios que ela acarreta; e de concentração do crescimento industrial em termos de dinamismo das classes de indústria de tecnologia mais complexa. Adicionalmente, a reorganização da economia mundial expressa na combinação de crises do petróleo com aumento do endividamento externo dos países devedores, veio demonstrar as crescentes limitações de mercado internacional para a maior parte dos produtos manufaturados, situados dentro das escalas técnicas desses países devedores.³ Explicitou-se, assim, uma restrição estrutural da economia mundial à expansão industrial, tal como ela fora concebida praticamente até o final da década de 1960, negando-se, por extensão, o princípio, antes aceito, de que os custos sociais da industrialização⁴ seriam cobertos mais cedo ou mais tarde pela ampliação da participação no mercado mundial.

Na escala da economia nacional, esta restrição ao dinamismo da industrialização levou-a a sucessivos reajustes da composição da capacidade de produção, com inconfundíveis estímulos à busca de aumentos de rentabilidade mediante os possíveis mecanismos de recurso à rentabilidade financeira, comparada com a rentabilidade na produção; e de busca de vantagens monopolísticas comparada com aumento do número de consumidores. Isto significa uma reorganização da produção a nível de empresa e de região, com a predominância das empresas capazes de realizar aquela articulação com a comercialização da produção e com o financiamento que permitiriam alcançar esses objetivos de funcionamento monopólico. De fato, a partir do momento em que se explicitaram as restrições da industrialização dos decênios de 1950 e 1960, a indústria brasileira tendeu a um perfil que se reorga-

³ Apresenta-se aqui um argumento sobre as modificações na estrutura do mercado, que tem forte paralelismo com outro apresentado por Louis Lefebvre ("On the paradigm for economic development" em "Economic theory and planning". A. Mitra, Oxford 1972), sobre as mudanças nas condições enfrentadas no século XIX pelos países agora ricos e as condições atuais enfrentadas pelos países subdesenvolvidos.

⁴ Distinguem-se aqui os custos da proteção dos custos totais da industrialização em que os primeiros denotam diferenciais reais de preços aos produtores e em que os segundos denotam diferenciais reais de custos pagos pela sociedade para a construção e sustentação do parque industrial.

nizou internamente, acompanhando a integração do sistema financeiro no país; e adaptando-se à evolução da demanda nacional. Nesse período ampliou-se a demanda do governo de bens manufaturados, garantindo a posição de algumas classes industriais, como daquelas que estão ligadas à construção civil e à extensão da infra-estrutura econômica. É, portanto, uma opção de industrialização que se remete àquelas vantagens econômicas que são dadas pela participação do governo, tendendo, portanto, a excluir aquelas opções industriais limitadas a escalas locais, incapazes de realizar uma formação de capital a escala suficiente para absorver este apoio do governo.

Delineia-se assim um perfil da industrialização que não coincide com a situação em que se encontram concretamente as indústrias do Nordeste, tanto por sua maior concentração em setores de indústria de tecnologia menos complexa, como por sua organização social: empresas familiares de direção personalizada. Os movimentos de expansão industrial nacional acompanham o aumento de complexidade da economia da região e se distanciam do nível de heterogeneidade da economia nordestina. Daí segue uma lógica de aprofundamento do capital, que propende à preferência por tecnologias mais complexas, em que as oportunidades de investimento são continuamente ampliadas pela urbanização concentrada nas regiões mais ricas do Sul. Manifesta-se um distanciamento entre os mecanismos da industrialização da escala nacional e os mecanismos de industrialização na região, onde o horizonte de mercado está, com frequência, limitado ao perfil da economia regional.

Assim, a industrialização no Nordeste segue uma trajetória que não pode ser separada dos movimentos da indústria no país em seu conjunto e, portanto, tampouco pode ser isolada dos movimentos que (a) concretizam a relação entre as transformações da indústria e a organização do capital financeiro e (b) vinculam o funcionamento da indústria brasileira aos movimentos do capital financeiro. Igualmente, as transformações do parque industrial nordestino mostram os resultados de paulatinos reajustes nas relações entre este setor e a agricultura, a mineração e a prestação de serviços a empresas e a pessoas.

A. A Industrialização do Nordeste e a Organização do Capital Financeiro no Brasil. A década de 1970 marcou uma etapa de organização do capital financeiro no Brasil, simbolizada pelo mercado de capitais, pela consolidação da participação do governo através do sistema financeiro habitacional; e por uma sensível concentração de capital nas maiores instituições de crédito. O peso gravitatório do sistema financeiro, liderado pelo componente

público, mostraria uma clara tendência a apoiar a sustentação e o aprofundamento do parque concentrado no Centro-Sul, cada vez mais forte, à medida que se enfatizaram as prioridades do modelo de crescimento, baseado na ampliação da participação no mercado internacional. Paralelamente, o encarecimento do dinheiro daria aos bancos uma posição privilegiada de lucratividade, comparada com a do capital aplicado diretamente na produção de bens (se bem que não necessariamente maior que a do capital aplicado na comercialização). Por último, a fome de capitais das indústrias elevaria seu endividamento, externo e interno, reduzindo sua capacidade para atualizar ou diversificar seus investimentos. Em síntese, o fluxo de capital para investimento industrial no Nordeste dependeria, cada vez mais, do apoio público às empresas privadas, através de financiamento, de proteção e de compra dos produtos industriais.

B. O Funcionamento da Indústria e os Movimentos do Capital Financeiro. É necessário distinguir entre as necessidades de capital para sustentar o funcionamento do parque industrial atual e a demanda de capital para realizar aquelas expansões desejadas nesse parque industrial. No decênio de 1970, a indústria brasileira teve crescentes dificuldades para garantir o capital financeiro necessário para operar seu capital fixo, dificuldades essas que também foram agravadas pelos aumentos de custos reais de operação, conseqüentes ao financiamento da crescente capacidade ociosa.⁵

Nessas condições, a renovação e a expansão da capacidade instalada responderam, cada vez mais, à disponibilidade de capital subsidiado e à capacidade para atrair capitais. Isto tornou ainda mais importante o apoio público, como elemento de definição da condução da real política de investimentos industriais. Na prática, as empresas industriais tiveram acesso a financiamento na medida em que passaram por transformações estruturais — em sua contextura sócio-institucional e em sua forma — que as aproximaram dos padrões de funcionamento, previstos ou solicitados pelo próprio sistema financeiro. Noutras palavras, o uso de capital financeiro pelas empresas

⁵ A elevação do custo do dinheiro tornou antieconômica uma política que fora de fato seguida pelas empresas, nos decênios anteriores, de usar dinheiro subsidiado para ampliar patrimônio, mesmo à custa de uma subutilização endêmica de elevadas margens do capital fixo. A experiência com os países latino-americanos grandes e médios reitera esta observação de que, no decênio de 1970, a expansão industrial foi identificada com um direcionamento do crédito público mais para empresas com capacidade de contrair empréstimo que para empresas de classes prioritárias. Esta, inclusive, é uma explicação para a ampliação de ramos de atividade que não respondem a aumentos de demanda, como dentro do grupo das metal-mecânicas, da naval e das indústrias elétricas.

industriais acompanhou um movimento de identificação das indústrias com os modos de operação administrativa, econômica e financeira convergentes com os modos de operação dos bancos.

C. Relação Entre a Industrialização e as Transformações da Economia Rural, da Mineração e da Prestação de Serviços. No decorrer da década de 1960, a industrialização do Nordeste passou por significativas mudanças, refletindo o aprofundamento na construção de um parque sofisticado de produção de bens de capital, ao lado de um sensível aperfeiçoamento na comercialização da produção. No decênio de 1970 essas mudanças foram ainda mais profundas, incorporando-se elementos de automatização e apoio de informática, bem como ressaltando-se a orientação de diversos segmentos industriais voltados para a exportação. Acentuaram-se as diferenças entre as classes industriais de tecnologia mais complexa, com renovação mais intensa e as classes de indústria que substituíram técnicas com mais lentidão, mesmo quando tiveram resultados econômicos comparáveis aos das primeiras. É o que se observa, por exemplo, na comparação dos resultados da indústria da construção civil com a metal-mecânica: a maior rentabilidade prevista da metal-mecânica compara-se com o fato de que ela é constrangida a operar com mais ociosidade, num mercado mais incerto que o da indústria da construção.

Entretanto, esse desempenho da indústria, em termos de crescimento global, mostra outra significação, ao ser decomposto entre indústrias que estão apoiadas na "performance" da economia rural e da mineração, do lado do setor primário; e nos resultados da prestação de serviços, no que ela acompanha a urbanização e as conseqüentes mudanças qualitativas do mercado das grandes cidades, principalmente no Centro-Sul e no Sul.

Observa-se que esse crescimento industrial aproveitou relativamente pouco do crescimento desses outros setores, verificando-se os conhecidos fenômenos de vazamento de impulsos de crescimento desses outros setores, através de compras à indústria do Centro-Sul. Enquanto a expansão da economia rural se fazia com culturas como arroz, café, cacau e cana, que não são industrializados, ou que são industrializados no Centro-Sul, a industrialização no Nordeste se fazia em linhas de produção como a metal-mecânica e a petroquímica, que não aproveitam os ganhos de produtividade da agricultura e da pecuária no Nordeste. Mecanismo similar deu-se em relação com o crescimento das atividades mineiras, que tampouco internalizaram para a região os ganhos alcançados na etapa da produção.

Esse desencontro entre as bases de articulação intersetorial do crescimento industrial da região e os de sua economia rural demonstra uma limitação fundamental desse processo industrial que não incorporou os efeitos econômicos do desempenho daquelas linhas de atividade. Concretamente, a expansão da "Agricultura comercial" de produtos como cana-de-açúcar e arroz não se converteu em impulso industrial, como tampouco houve qualquer dinamismo intersetorial significativo na região que derivasse da notável expansão do florestamento e da pecuarização. Os diversos estudos realizados nos últimos anos coincidem em apontar que essa pecuarização tem-se materializado mais na reserva de terras para pecuária⁶ com baixa carga animal e que esse florestamento tem deslocado terras produtoras de alimentos para investimentos completamente desligados da organização da economia regional.⁷ O aumento da superfície total destinada à pecuária tem tido muito poucos efeitos, mesmo para o aumento dos rebanhos, tomando mais a forma de uma pecuária extensiva que de um aperfeiçoamento dessa atividade que contivesse alguma consequência industrial.

Uma situação similar encontra-se na falta de uma relação entre a ampliação das atividades de prestação de serviços, atraída pela urbanização e a criação de indústrias que aproveitem esse novo mercado. Aumentaram as compras de serviços de empresas de prestação de serviços, e expansão das economias do turismo, da informática e das consultoras especializadas mostram inconfundíveis sinais de filtração para a economia do Rio e de São Paulo. Encontra-se aí novo tipo de dinamismo industrial induzido, associado à maior heterogeneidade da economia urbana das principais cidades do Centro-Sul, com ramificações em metrópoles regionais como Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza.

⁶ A análise desses problemas obriga a desentranhar algumas das inter-relações entre a industrialização e as transformações da economia rural. A "pecuarização" consiste, em primeiro lugar, na destinação de terras à pecuária, grande parte das vezes, com baixo investimento em rebanhos, portanto com subutilização planejada dos solos. O regime de produção sob contrato ou parceria, prevê, com frequência, que o parceiro deixe a terra plantada com pastos depois de dois ou três anos de uso com culturas de ciclo curto.

⁷ Aqui é indispensável resgatar o argumento relativo à inter-relação entre a estruturação regional da economia e as possibilidades de industrialização. Essa falta de vinculação entre os componentes dinâmicos da economia rural e o perfil industrial reforça a tese relativa à falta de enraizamento regional da industrialização no Nordeste.

3. AS APLICAÇÕES DE CAPITAL POR GRUPOS DE TAMANHO DAS EMPRESAS E OS SETORES DE ATIVIDADE

Tradicionalmente, a análise econômica distingue grandes, médias e pequenas indústrias, dando lugar a classificações adicionais entre indústrias nesses três grupos, que se concentram na produção de bens de consumo e na de bens de capital. Como se mencionou em parágrafos anteriores, essas classificações ordenam uma análise de estabelecimentos industriais que permite ver como os investimentos se refletiram em modificações na composição do produto. Justamente por limitar-se a descrever os resultados da industrialização em termos de geração de produto, este tipo de análise ignora as modificações na composição e no montante do capital, que é adscrito a cada grupo de tamanho de empresa e que flui a cada setor de atividade.

Ao analisar as condições de competitividade da indústria no Nordeste, é necessário esclarecer quais os efeitos desse tipo de movimentos sobre a composição da indústria regional e sobre suas perspectivas de operação. Observa-se que, nos períodos de 1960 a 1970 e de 1970 a 1980, respectivamente, a sustentação do nível da atividade industrial no Nordeste⁸ dependeu, principalmente, de programas financeiros especiais do Governo Federal — estradas, barragens, programas habitacionais e outros — e que o dinamismo do produto industrial da região, em seu conjunto, não foi suficiente para superar sua posição no produto industrial do Brasil. De fato, em 1980 o PIB industrial do Nordeste era de cerca de 16,5% do nacional, comparado com cerca de 18,5% do Rio Grande do Sul, uma relação que perdurou ao longo desse período.

⁸ Os efeitos totais do gasto público na sustentação do crescimento do PIB no Nordeste não são perfeitamente conhecidos, como tampouco é bem conhecido o modo como esse efeito atinge a economia da região. Estudos recentes realizados para o Estado da Bahia ("A indústria na Bahia: uma estratégia de desenvolvimento", Sec. de Ind. e Com. da Bahia, Salvador, 1981) mostram que no decênio de 1970-1980 o setor da construção teve uma participação maior — no conjunto da década — que o setor petroquímico, ficando este último acumulado nos últimos anos. Não se conhecem os efeitos indiretos das políticas de obras e do financiamento dirigido, sabendo-se, entretanto, que a quase totalidade da expansão industrial teve apoio de financiamento especial e que a participação do setor público na demanda global foi majoritária. São evidentes as implicações de uma contração da demanda pública para o crescimento da economia do Nordeste, dada a virtual impossibilidade de que o peso do setor público possa ser compensado em poucos anos.

Concomitantemente, a renovação e a expansão do parque industrial privado nordestino responderam, em essência, a estímulos públicos e a programas de investimento de empresas sediadas no Sul do país. Prevaleceram as vantagens de isenção fiscal, crédito subsidiado e apoio de infra-estrutura, bem como as previsões de operações em mercado com vantagens monopólicas. Assim, afirmou-se um estilo de industrialização que mostra poucos compromissos com a sustentação do parque industrial tradicional — com a possível exceção de alguns componentes da indústria têxtil e do vestuário e da transformação simples de produtos primários, restringindo o aprofundamento das margens de transformação em cada classe de indústria e, portanto, deixando essa função à planta industrial do Sul do país.

A contração da economia nacional, a partir de 1978, e seu aprofundamento, desde 1982, reforçaram essa caracterização do problema, mostrando (a) a necessidade de distinguir os aspectos relativos à trajetória de transformação do parque industrial do Nordeste, dos aspectos de crescimento da produção industrial; e (b) a necessidade de ver esse crescimento do produto como subordinado aos movimentos que regulam a política de investimentos industriais no país, em seu conjunto.

Até 1977, aproximadamente, os investimentos industriais no Nordeste acompanharam as prioridades e oportunidades de financiamento, representadas pelo FINOR, os repasses do BNDES, através dos bancos estaduais de desenvolvimento, os recursos do POLONORDESTE e o apoio do Fiset aos projetos de florestamento. Este conjunto de vantagens privilegiou a proliferação de projetos agropecuários de grande e de médio porte, a expansão da área florestada, mesmo em zonas nitidamente agrícolas, a implantação de culturas comerciais, como o café e a produção frutícola para fins industriais. Não se conhecem cifras confiáveis sobre as aplicações totais na economia rural e na indústria, mas há poucas dúvidas de que as aplicações totais na economia rural tenham superado em muito os investimentos industriais, por desfrutarem de vantagens superiores às da indústria, por representarem reserva de valor de menor risco e mais fácil acesso que as industriais e por demandarem menor investimento financeiro por unidade de produto final. É justamente o que ocorre com a expansão da pecuária, que incorpora trabalho direto na preparação de solos e pastagens, e com o florestamento, que pode trabalhar com preços relativamente baixos da terra e com depreciação lenta dos equipamentos.

Pode-se dizer que houve, realmente, dois níveis de prioridades, não sempre convergentes entre si: as prioridades próprias da política industrial, que estiveram implícitas no perfil da distribuição de proteção e de crédito,

e as prioridades intersetoriais, que favoreceram o setor primário.

O agravamento da crise econômica neste começo da década de 1980 significou um aumento da ociosidade e um adicional encarecimento do dinheiro para a indústria, que atinge com mais força as indústrias pequenas e médias, que passam a ter que concorrer com as grandes, por contratos que antes não eram considerados atraentes por estas últimas.⁹ A contração dos gastos do setor público restringiu ainda mais as possibilidades de mercado. Em que pese às críticas — às vezes generalizadas — ao hiperdesenvolvimento das empresas públicas, parece não haver dúvidas de ser esta uma consequência do fato de que seus programas de investimento — geralmente a médio e a longo prazos — sofreram menos os choques dessas variações de mercado. No caso do Nordeste, ao agudizar-se esta recessão com inflação, a demanda pública ficou sendo o principal sustentáculo da preservação do parque industrial.

Há, portanto, a considerar uma aparente divergência entre o perfil das aplicações de capital financeiro na economia da região e a capitalização de sua indústria, entre a formação de capital industrial e a produção do setor. Uma contradição que expõe as causas que levaram ao desenvolvimento do sistema financeiro nacional¹⁰ e que determinaram o perfil da proteção às

⁹ É notório, nos meios da empresa privada, que a contração da economia e a formação de bolsões de ociosidade, principalmente nas indústrias de bens de capital, levaram a maior agressividade por parte das empresas maiores, com maior capital fixo exposto à falta de uso. As grandes empresas — industriais e de prestação de serviços — passam a concorrer, desde 1981, por contratos de menor vulto, e de maior risco, que antes estavam reservados para as empresas pequenas e médias. Este acirramento da concorrência dá vantagem àquelas empresas que contam com o apoio de consultoras associadas e de bancos associados. Dá vantagem aos que podem “esperar” financeiramente pelo retorno dos empreendimentos, numa palavra, aos que estão melhor assistidos financeiramente. É um tipo de concorrência em que perdem as regiões menos desenvolvidas, obviamente com o Nordeste à frente.

¹⁰ Já se disse com propriedade (Maria Conceição Tavares, em “O Sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente” em *Desenvolvimento Capitalista no Brasil* n. 2, ed. L. Belluzo e R. Coutinho, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983) que o presente desenvolvimento do sistema financeiro nacional responde a necessidades do financiamento de uma mudança de etapa do capitalismo industrial. Mesmo que tardiamente, esse aperfeiçoamento do sistema financeiro passaria a ser essencial à continuidade da industrialização. Faltaria acrescentar, entretanto, que se trata de uma afirmação, sobre o sistema financeiro que opera no país, distinguindo, portanto, seu caráter de nacional, bem como indicando suas propriedades estruturais. Faltaria, ainda, ajustar dizendo que esse desenvolvimento não descreve as mutações do capital financeiro no país, nem descreve como o aperfeiçoamento do sistema financeiro atinge diferentes subestruturas econômicas como a rural, nem diversas regiões, como o Nordeste e o Norte.

atividades industriais, mineiras, rurais e de prestação de serviços, com a inevitável consequência sobre os cálculos de taxa de retorno dos investimentos industriais. Numa palavra, as comparações de custos que levam a empresa privada a voltar-se para a indústria, a agricultura, a informática ou a especulação financeira.

Desse raciocínio escapam, unicamente, as decisões de investimento em grandes obras públicas, em programas de investimento de complexos já em funcionamento, como o petroquímico, que não dependem das previsões do mercado regional. Em resumo, as previsões de investimento que decorrem de avaliações da economia da região não ofereceram quaisquer indícios de mudanças substanciais de composição setorial da capacidade instalada industrial.

4. A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E SUA ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL

O atual parque industrial do Nordeste foi construído a partir de pressupostos de expansão gradual do mercado regional que, aliados a aparentes vantagens de distância física com as indústrias congêneres de São Paulo e do Sul, deveriam garantir mercado suficiente para cobrir seus custos. Na década de 1970 estas vantagens de distância foram erosionadas pelos sucessivos melhoramentos dos transportes internos e por modificações na estrutura do mercado interno nacional. Estas foram completamente diferentes das previsões que sustentaram a política de fomento industrial. Tais previsões em momento algum anteciparam tão pertinaz encarecimento do dinheiro, bem como não consideraram tão significativa queda da demanda. Assim, à parte o fato de que a "indústria do Nordeste" contém um segmento cada vez maior de sucursais de empresas do Sul do país, a frustração dessas previsões descreve uma completa modificação do quadro de perspectivas de expansão industrial da região.

Em 1983, as perspectivas e restrições da industrialização foram adicionalmente modificadas pelos efeitos da seca no mercado regional: independente das restrições que afetam diretamente o comportamento do mercado de cada produto, a depressão geral provocada pela seca atingiu a indústria, contribuindo para baixar as margens de uso da capacidade instalada. Mesmo sem dispor de informações conclusivas sobre as variações no uso da capacidade instalada em classes de indústria que são altamente empregadoras no Nordeste, como as de confecção, de construção, informações, dados não

oficiais¹¹ revelam fortes oscilações de vendas, inclusive com aumento do fechamento de indústrias novas.¹²

Justamente, a agudização dos problemas de financiamento de operações — capital de giro e capital para reposição de depreciação — mostra a necessidade de analisar a competitividade da indústria em função da situação financeira das empresas, antes que em função de características técnicas, ou mesmo de custos econômicos das unidades de produção industrial. No período de 1978 até o presente, são as modificações no quadro de financiamento que marcam a posição da indústria no Nordeste, distinguindo, por exemplo, as indústrias que operam sem grandes modificações técnicas — como as de alimentos e bebidas, têxtil e vestuário e madeira e móveis — desenvolveram-se, em grande parte, em função de comercialização da produção¹³ e de propaganda; e as indústrias que têm experimentado modificações freqüentes nas técnicas de produção, como as dos ramos elétrico e químico. Têm havido substanciais diferenças na posição desses dois grupos de indústrias, em que as do primeiro grupo dependeram, basicamente, de capital de giro para cobrir sua “espera” entre a compra de matérias-primas e seus prazos de venda. As indústrias do segundo grupo precisam de apoio financeiro adicional para se manterem num mercado nacional mais fortemente dominado por concorrência entre empresas de diferentes tamanhos, mais claramente liderado por empresas sediadas no Sul.

O encarecimento do dinheiro tem modificado o modo de funcionamento das empresas. Comparado com seu estilo de funcionamento da década de 1960, elas deverão reduzir seus estoques de matérias-primas em favor

¹¹ As informações, em geral, sobre uso de capacidade no Brasil são incertas, quando não por ausência de dados seriados, por heterogeneidade e, portanto, pela incerteza de sua significação. Como as indústrias brasileiras trabalham com muito menos reserva de matérias-primas que, por exemplo, há quinze anos, as variações de venda refletem-se de modo quase imediato nas decisões de produção.

¹² Considera-se “normal” a elevada extinção de empresas novas e de empresas pequenas em economias como a brasileira, a mexicana, a argentina. É um fenômeno que indica pouco profissionalismo, bem como decisões empresariais baseadas em posições privilegiadas em relação com a demanda e os subsídios públicos. O ramo da construção civil, no Nordeste, tem sido característico neste sentido, registrando-se, além disso, uma excepcional mortalidade a partir da segunda metade da década de 1970.

¹³ A questão da comercialização, logicamente, está ligada à da oligopolização do mercado de manufaturas e à da modernização da empresa. No Brasil, a modernização da empresa (ver Maria Conceição Tavares, op. cit.) está representada, principalmente, por sua inserção no sistema financeiro. A comercialização é o principal mecanismo de realizar esta inserção, com uma tentativa de ampliar o mercado.

de sua liquidez; tolerar e exercer maiores demoras no cumprimento de obrigações financeiras; investir mais em iniciativas de previsões de lucro a curto prazo; e tolerar um comportamento muito mais agressivo do sistema bancário, agora muito mais concentrado em menor número de bancos e operando com vantagens monopólicas.

Esta pressão financeira tem sido o principal limitante da competitividade das empresas, mormente quando elas se defrontam com uma política econômica que incentivou seu endividamento externo, aumentando sua exposição aos riscos de uma carga de dívida em moeda forte. A pressão para aumentar a curto prazo o faturamento levou, por sua vez, a tomar maiores riscos, tanto no mercado interno como em aventuras de exportação, mesmo sem grande experiência e sem contar com uma infra-estrutura adequada de apoio institucional. Esses fatores acentuaram a necessidade de suplementação de capital de giro, demonstrando uma vez mais como a perda de ímpeto das vendas acentua a pressão de capital de giro na composição do capital das empresas. Entretanto, ao que tudo indica, essa pressão transmitiu-se de modo desigual entre empresas de diversos grupos de tamanho e em diferentes linhas de atividade, dadas as correspondentes diferenças nas necessidades de capital financeiro entre empresas que correspondem a vários grupos de tamanho em cada linha de atividade.¹⁴

As maiores dificuldades de acesso a capital financeiro por parte das empresas de menor tamanho restringem suas possibilidades de operação a mercados locais e mercados residuais, muitas vezes sobre a base de absorver os custos de maiores facilidades ao comprador, ou de absorver os diferenciais dos custos do capital financeiro.

¹⁴ Os problemas de financiamento definidos nesta oportunidade levam a insistir numa linha de análise que toma como base a relação capital fixo/capital financeiro, na estrutura das empresas. Esta relação sintetiza as interdependências entre as técnicas de produção e de comercialização utilizadas, bem como a inter-relação entre o nível de uso da capacidade instalada na indústria e a rentabilidade do capital utilizado pela empresa nesse empreendimento. A rigidez das necessidades de capital financeiro em cada grupo de tamanho de indústria corresponde a um determinado perfil de participação no mercado. Na prática, cada empresa só pode modificar seu regime de uso de capital financeiro mudando de tamanho de fábrica, ou modificando seu sistema de comercialização da produção. Ambas as possibilidades, por sua vez, dependem das condições em que se dá seu acesso atual ao mercado. Obviamente, não cabe esperar que aumente a participação de uma empresa num mercado adverso, mas, sem dúvida, cabe esperar que os custos de capital financeiro de uma empresa aumentem em consequência de uma retração de suas operações.

Mesmo admitindo a falácia de analisar a situação da indústria do Nordeste pelos dados de comportamento dos estabelecimentos industriais (isto sem entrar no mérito do efeito do aumento da participação de sucursais do Sul e estrangeiras na indústria do Nordeste), observa-se que a competitividade da indústria do Nordeste varia em função das possibilidades de maior ou menor aproveitamento desse mercado local, residual e marginal, que variam muito de uma a outra linha de atividade. Assim, por exemplo, as indústrias de confecções, alimentos e bebidas defendem-se melhor que as indústrias metal-mecânicas ou de materiais de transporte, que concorrem num mercado muito mais integrado sobre a escala nacional. A "resistência" da indústria do Nordeste ao aumento da pressão financeira e ao acirramento da concorrência resultaria da sustentação do mercado regional por essas indústrias.

Será, portanto, necessário distinguir dois níveis de discussão deste problema. No primeiro nível, a questão será identificar qual setor industrial pode ter a economia do Nordeste; e, no segundo, caberia discutir quais empresas comporão a indústria do Nordeste.

No primeiro nível, há um dilema fundamental que confronta a trajetória inicial de industrialização da região, de fábricas isoladas e complexos fabris, sempre apoiados em supostas vantagens de matérias-primas locais e mão-de-obra barata; e uma trajetória alternativa, que parte do movimento de capitais para aproveitar vantagens de política, na prática, para aproveitar políticas especiais de subsídio que compensem a falta de economias de aglomeração¹⁵ e permitam trabalhar para o mercado nacional e para o exterior. Na prática, as possibilidades de aprofundamento do esquema inicial de aproveitamento de vantagens locais só pode prosseguir quando encontra diferenciais de rentabilidade, suficientes para sustentar elevadas compras locais e, assim, garantir suprimento de matéria-prima a preços nacionalmente baixos. É uma experiência que se repete, com diferentes matizes, nos casos da indústria de óleos vegetais, nas de sucos e doces e nas de couro e calçados.

¹⁵ A questão de economias de aglomeração tem sido essencial do Nordeste, e com frequência, confundida com a de formação de pólos de crescimento. Dado o atraso da região para aproveitar os estímulos da substituição de importações e a persistência de uma economia rural pouco diversificada, a industrialização enfrenta as dificuldades conseqüentes a um mercado regional apoiado numa distribuição de renda mais desigual que a do Centro-Sul, portanto muito rígida. A expansão da indústria no Nordeste depende, mais que no Sul, das mudanças qualitativas no meio econômico urbano de suas cidades principais, responsáveis pelo treinamento de pessoal, de prestação de serviços a empresas, etc. Assim, a concentração da urbanização em Salvador, Recife e Fortaleza tem sido um obstáculo que apenas agora começa a ser suavizado pelo aparecimento de indústrias de transformação em cidades do interior.

As dificuldades, às vezes alegadas, de irregularidade de suprimento de matéria-prima, por efeito de secas são válidas somente em parte, porque implicam dizer que essas indústrias jamais foram capazes de estimular de sua comparação com o mais recente uso de terras para florestamento.

O esquema alternativo de industrialização pelo aproveitamento de vantagens de subsídio apresenta dois inconvenientes fundamentais: a falta de seletividade de indústrias com capacidade para competir nacionalmente e a falta de prioridades que levem à criação das aludidas economias de aglomeração. Na prática, é um esquema residual, a nível nacional, cuja significação depende de diferenciais de rentabilidade entre determinados empreendimentos no Nordeste e alguma análoga no Sul. Tende a ser um mecanismo para trasladar produtores quase marginais do Sul, ou para que algumas empresas financeiramente melhor situadas possam captar novas faixas de mercado, mesmo quando sejam pequenas faixas do mercado regional.

A verdadeira questão consiste, portanto, em definir quais empresas poderão compor este setor industrial do Nordeste. Observa-se que ao longo da política industrial na região, tem prevalecido um pressuposto de aumentar o número de fábricas e de empresas, sem entrar no mérito de substituições entre elas, inclusive cuidando para que não haja quebras de indústrias.

5. A FORMAÇÃO DE UM PADRÃO INDUSTRIAL REGIONAL E A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS

O perfil do crescimento da economia brasileira no decênio de 1960 até 1972 e os sucessivos reajustes por ela experimentados desde então assinalam a formação de um padrão regional de industrialização no qual estão patentes as marcas de esforços contraditórios de política industrial. A industrialização incipiente do primeiro movimento de substituição de importações tivera um alcance muito limitado sobre o Nordeste e o subsequente auge da economia nacional tampouco levava a uma integração significativa do parque industrial da região. As exceções principais seriam o complexo petroquímico na Bahia e a concentração de um setor têxtil e de vestuário no Ceará. Em seu conjunto, o alargamento do setor agroindustrial e do metal-mecânico pouco contribuíram para aumentar as relações interindustriais na Região. Basicamente, o crescimento de cada classe de indústria no Nordeste se traduz num aumento das compras de matérias-primas às indústrias do Sul.

O aprofundamento da crise da economia nacional leva a questionar o significado dessa organização regional da indústria para a continuidade

do crescimento do setor e para a formação de capital industrial. Neste sentido, uma observação sumária mostra o seguinte:

a) **Em relação ao crescimento do mercado regional.** Definido pela magnitude e composição da demanda da região por produtos manufaturados, o mercado do Nordeste reflete, principalmente, o aumento de dinheiro à disposição do Governo na região e, por extensão, suas compras de matérias-primas para operações regulares e para investimentos. Nesse sentido, observa-se que a composição da produção da maior parte das indústrias do Nordeste — tecidos e vestuário, química, indústria do açúcar e do álcool, etc. — não lhes permite aproveitar essa demanda pública. Até o presente, a maior parte dos fornecedores do Governo são empresas do Sul, ou empresas concessionárias e representantes de indústrias do Sul. O vazamento sistemático dessa demanda pública compara-se com o fato de que a demanda das indústrias do Nordeste — como se infere da composição de suas vendas — está limitada ao consumo privado da própria região, compras minoritárias de Governo e um componente de exportação notavelmente menor que o das indústrias do Sul. Destaca-se, ainda, que a demanda de produtos agroindustriais no Nordeste também favorece as indústrias do Sul, numa indicação de que esse vazamento de mercado não pode ser atribuído a vantagens técnicas nas classes de indústria de tecnologia mais complexa, mas que tem muito a ver com a comercialização da produção.

As óbvias exceções desse padrão de comportamento são aquelas indústrias que estão setorialmente articuladas com sistemas de comercialização da produção de escala nacional, como são justamente as indústrias químicas e petroquímicas, indústrias cujo comportamento não depende da estrutura regional da renda.

b) **Em relação à expansão da economia rural na região.** A expansão da economia rural no Brasil vem-se dando em resposta a determinações da integração do capital financeiro no centro econômico de São Paulo, com resultados colaterais sobre as transformações do capital industrial, mas comandando igualmente a economia rural e a prestação de serviços. São decisões financeiras de empresas que estabelecem as opções de investimento em explorações comerciais e rurais, com um nexo necessário, portanto, com os lucros de comercialização, mas com relações não tão claras nem necessárias com as operações de transformação industrial. No Nordeste, caracteristicamente, essa expansão da economia rural segue a lógica da procura de combustível determinada pela região de São Paulo; a lógica da substituição de matérias-primas na indústria do Centro-Sul; e algumas linhas de exportação direta ao

exterior, de produtos tradicionais, seguindo linhas de exportação abertas pelas indústrias do Sul.

Os únicos casos bem identificados de indução de expansão da economia rural pela industrialização são da indústria de alimentos e bebidas, que tem promovido a fruticultura e, indiretamente, algumas atividades colaterais do lado rural. Outros casos, como a industrialização do babaçu, do dendê, etc. são de incorporação de uma etapa de transformação industrial a uma atividade rural que já demonstrara ser economicamente viável, mesmo sem esse componente industrial. Justamente, um dos principais indicadores de falta de integração da indústria nacional é a falta de integração do aproveitamento industrial dos produtos agrícolas básicos do Nordeste — como o cacau e o arroz — cuja exploração continua sendo governada pelas restrições de comercialização e preços, ao nível dos produtos agrícolas.

No quadro recessivo atual, questiona-se o significado do padrão regional de economia, como referencial para a consolidação de um padrão industrial regional. A não-concretização da política de construção sistemática de grandes complexos industriais de escala nacional obriga a retomar todos os problemas, originariamente propostos na década de 1950¹⁶ de construção de um corpo industrial regional integrado, apoiado no aproveitamento sistemático das oportunidades oferecidas pela economia da região e não apenas em algumas delas, ou em modelos de industrialização que ignoram esses antecedentes. Destaca-se um critério de construir e garantir continuidade, a um impulso de expansão industrial, a partir da consideração da totalidade das perspectivas de transformação da economia da região e não apenas em função de oportunidades decorrentes do modo como se organiza o impulso econômico centrado no Centro-Sul.

Obviamente, trata-se de uma proposta de desenvolvimento industrial de alcance limitado, que agora é adicionalmente restringida pela crescente articulação do capital financeiro à escala da economia nacional, por sua identificação com a centralização das decisões de uso dos recursos finan-

¹⁶ Dentre os principais documentos desse período, que esboçam esse estilo de industrialização, contam-se um relatório de Hans Singer (posteriormente publicado em seu "Economic development and cultural change", Prentice Hall); o livro de Stephan Robock, "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste" (Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1958); o trabalho de H. Sholz sobre o aproveitamento integral da mandioca, para o mesmo Banco do Nordeste; o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia (PLANDESB) para 1959-1963 e conta-se a política industrial realizada pelo Banco do Nordeste nesse mesmo período.

ceiros e pelo concomitante debilitamento financeiro, dos governos estaduais. Comparadas com as condições de operação de 1950, as possibilidades de levar à prática uma política industrial "de baixo para cima" são, certamente, maiores, no que se refere ao fomento de iniciativas isoladas, porém são praticamente nulas, para reunir iniciativas convergentes entre si e seqüenciadas para alcançar a consistência necessária para materializar uma política. É um esquema a ser criticado à luz da atual realidade industrial nacional, que pressupõe modos de combinação de indústria, agricultura e serviços, completamente fora de quaisquer previsões da política industrial da década de 1950. No entanto, é uma variante de política que, simplesmente não pode ser ignorada como estilo de industrialização, cujo potencial deve ser avaliado. Trata-se de avaliá-lo à luz das possibilidades de uso do instrumental disponível e das possibilidades de financiamento. É a industrialização "de baixo para cima" orientada a captar mais os efeitos a montante dos investimentos que seus efeitos a jusante favorecendo a articulação de subsistemas regionais de prestação de serviços, diretamente orientados a reunir economias de aglomeração.

Ainda ao nível de uma análise do padrão industrial regional e antes, portanto, de uma discussão de política industrial, verifica-se que a atual composição do parque de indústrias do Nordeste mostra, justamente, os inconvenientes de não ter concluído essa primeira fase do amadurecimento industrial e os de não contar com uma política sistemática, de expansão de capacidade de produção em linhas prioritárias, ficando praticamente reduzida a receber investimentos individualmente positivos, mas sem aproveitar seus efeitos indiretos para estabelecer alguma tendência mais marcada, numa ou noutra direção. A atual recessão obriga a revisar as perspectivas industriais da região, já que modifica o padrão de funcionamento do sistema financeiro e o uso do dinheiro nas empresas do Centro-Sul. Por extensão, também modifica as restrições financeiras de mercado das empresas do Nordeste. Nas condições gerais de contração da oferta de dinheiro, a política industrial identifica-se mais como uma defesa da sobrevivência do atual parque industrial que realmente como uma proposta de industrialização que o modifique.

Assim, pela própria dificuldade de estabelecer alternativas realistas (no sentido de viáveis) de política industrial, torna-se inevitável que as propostas de formalização de um determinado modelo industrial — como o de substituição de importações ou o de orientação da indústria para exportações — sejam substituídas pela industrialização possível, a curto prazo, ou pela industrialização, a médio prazo, que é factível pelo manejo deliberado da política de curto prazo, em função de uma concepção de política a médio prazo.

Essa realidade tem sido comprovada no Nordeste onde a fragilidade dos instrumentos disponíveis, como o POLONORDESTE e o FINOR, leva a uma postura imediatista em relação aos investimentos a curto prazo. Em lugar de um modelo industrial claramente definido, trata-se de internalizar os possíveis efeitos benéficos dos diferentes modelos de industrialização, transformando-os, simplesmente, em modos de financiamento que permitam concretizar uma sequência de projetos, pelo menos não contraditórios com as condições de crescimento econômico na região, procurando extrair deles os melhores resultados em termos de emprego.

6. RESTRIÇÕES E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Os argumentos expostos nas seções anteriores deste documento mostram que a competitividade das indústrias do Nordeste depende de diversos fatores próprios da economia de empresa: alguns fatores externos a cada uma delas, como a estrutura do financiamento disponível e as condições institucionais do acesso ao crédito; e alguns fatores internos de cada empresa, que se resumem no modo como cada uma delas usa capital. Sinteticamente, o desempenho das empresas como indústrias não pode ser isolado de seu comportamento como unidades de decisão financeira, sublinhando-se, com isto, sua função de unidade de decisão de produção e de uso de capital. Neste quadro geral situam-se as questões mais específicas da relação entre a expansão do capital fixo e a circulação de capital financeiro em cada empresa; finalmente, o modo como as empresas industriais resolvem suas funções comerciais.

Com essa argumentação pretende-se assinalar que a capacidade das indústrias do Nordeste para sustentar-se no mercado depende de sua capacidade para chegar a perfis de uso de capital — capital fixo e de capital financeiro — que sejam compatíveis com sua participação no mercado. Noutras palavras, as empresas devem ser capazes de adaptar-se àqueles custos de capital que podem ser pagos pela rentabilidade própria de sua forma de participação no mercado. Portanto, trata-se de saber se a participação das indústrias nordestinas no mercado nacional, em geral, e no próprio mercado nordestino, é adequada a este princípio.

Com esses critérios, ao revisar agora os resultados do processo de industrialização dos dois últimos decênios, verifica-se que a posição de competitividade da indústria nordestina sofreu erosão na medida em que não pôde acompanhar a expansão do mercado regional. Vale notar que esta expansão do mercado regional foi ocupada por um aumento de operações de empresas do Sul, dada a pouca capacidade da estrutura industrial nordestina para reprodu-

zir-se incorporando tecnologia e diversificando-se para atender os efeitos a montante dos setores industriais mais dinâmicos que têm sido os de tecnologia mais complexa. Isso tem-se refletido nas compras inter-regionais de produtos manufaturados, se bem que não oculte o aumento das compras de outros produtos e que, tampouco, esconde o fato de que são operações em grande parte realizadas entre sucursais das mesmas empresas, muitas vezes com sede no Sul do país.¹⁷

As informações não-oficiais divulgadas pelas associações de classe e os diversos órgãos representativos dos produtores indicam que essa expansão do mercado regional tem sido alcançada mediante expansão das atividades do Governo. Em geral, tal fato ocorre com um marcado fortalecimento do papel do Governo Estadual, como mediador do fluxo financeiro no setor público nacional, no circuito habitacional e nas demais formas específicas de canalização de recursos tributários.

Há nisso uma situação aparentemente contraditória, já que é um aumento do poder financeiro do Governo Estadual, concomitante a uma centralização cada vez maior do sistema financeiro nacional, primeiro do segmento controlado pelo setor público, como na parte que cabe aos bancos privados. No entanto, é uma contradição que logo se esclarece, ao ver-se que a maior parte desses fundos tem uma clara localização setorial e é operada, também, de acordo com regras bancárias específicas, inclusive com margens de rentabilidade previstas e com prazos e tipos de operação conhecidos.

Percebe-se, assim, que se trata de um mercado basicamente monopolístico, em que as posições de participação das empresas não podem ser modificadas de modo significativo sem que sejam também alteradas as regras com que operam os órgãos públicos intervenientes na distribuição do fluxo financeiro. Na prática, não há condições objetivas para isolar a capacidade de concorrência das empresas, que pode provir de suas condições técnicas de

¹⁷ As cifras disponíveis, incertas e fragmentárias, mostram que estas compras inter-regionais aumentam mais em bens de consumo que em bens de capital; e dentre estas, que aumentam as compras de produtos de baixa tecnologia, como artefatos para construção civil, em parte porque a demanda regional não seja suficiente para justificar novos investimentos, e em parte porque são mercados controlados monopolicamente. Logicamente, existe um argumento relativo ao resultado depressivo das secas na produção do Nordeste, mas há outro argumento, certamente mais realista, acerca dos mecanismos de comercialização da produção, que levam matérias-primas do Nordeste para o Sul, para serem elaboradas e devolvidas na forma de produtos "industriais" ou agroindustriais (fato que ocorre em terrenos como o da produção avícola e similares).

operação, das suas restrições financeiras e, ainda, dessas restrições de organização do mercado financeiro. A atual restrição de meios de pagamento acentuou essa subordinação do comportamento das empresas ao seu quadro financeiro, observando-se, primeiro, que os programas de produção são regulados — onde pode ser absorvida a ociosidade — de modo a fazer com que os custos de operação onerem, o menos possível, os custos de capital financeiro; e, segundo, que os custos financeiros de operação fiquem controlados mais por previsões de custo de dinheiro que por previsões de quantidade de produção.

Evidencia-se, portanto, a pouca consistência de qualquer raciocínio que defina condições objetivas de competitividade das empresas nordestinas por separado das condições específicas em que cada uma delas está inserida na mecânica de financiamento da economia. O aprofundamento na análise dessa questão deverá, assim, apoiar-se em conhecimento mais detalhado dos custos com que essas empresas têm obtido seu capital financeiro e das vantagens alternativas que podem encontrar para aplicar suas disponibilidades de capital financeiro. A ênfase, marcada nos últimos anos em rentabilidade de aplicações a curto prazo, suscita sérias dúvidas sobre a possibilidade de que uma política industrial, no sentido convencional da palavra, possa superar e corrigir essa perda de capacidade de competição das indústrias nordestinas.

Abstract: The writer of the present article in his piece of work "The Industry Competition in the Northeast", proposes a thesis that the competition of any enterprise can not be judged without recognizing its rooting into the financial operation of the national economy. This situation presumes some clearing-ups of the conceptual type even when they are repeated, they are convenient. First, the difference between an enterprise and an industry, with their reflections in the interpretation of informations over the industrial sector, and therefore, in the very style of the industrial analysis that is achieved. Second, the "technical" rationality of the producing processes that, supposedly, explain the economy of the industries, can only be attributed to the industrial unit and at no time to the enterprises. The logic of the enterprise corresponds to the handling of the financial flow with its outstanding income and the building up of financial possessions which are not confounded with productivity notions and of the use of the installed capacity. Third, the position of each enterprise in the market depends on a set of institutional elements which consists of protections, business and friendship relations, and the tradition in certain production lines etc. Fourth, the real participation of the enterprises in the market lies, essentially, in the valorization of their possessions (Galbraith, 1971), which allow them to move themselves and go deeply into some specific production line or changing the production line. The conditions in which the enterprises really take part in the market depend on a set of elements, in which stands out, on one hand, the market characteristics of each group of similar products and of the financial investment market and, on the other hand, each enterprise's specific conditions and how it absorbs its capital. The size of each firm indicates, indirectly, how it processes its capital applications, but it does not constitute sufficient indication of its "efficiency". In this exposition we intend to point out the aspects regarding the heterogeneity of conditions in which the enterprises in Brazil work, as well as the effects of the transformations that the financial market has exercised on them. Some of specific aspects of the organization of the financial flow in Brazil, have been accented in its whole, remarking also the differences in the access conditions to attracting financing, whether it is through the generation of their own savings, or through direct or indirect public financing.